



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 25 | NOVEMBRO 2021 >>>



Foto: Acervo / Igesam

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Pressionada por invasões, Terra Indígena Karipuna é uma das mais desmatadas da Amazônia Legal

10 Interior em Foco

- Condisi Médio Purus realiza capacitação para fortalecer saúde indígena em Tapauá

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Ciência

- O colapso climático é extremamente democrático, não poupa ninguém

22 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Áreas protegidas em toda a BR-319 têm enfrentado pressões e desafios e neste mês, resolvemos falar sobre a situação da Terra Indígena (TI) Karipuna, mais pressionada por desmatamento na região de abrangência da rodovia.

Leiam e guardem as palavras dos entrevistados desta matéria que é o Destaque do Mês. De quebra, aproveitamos para falar sobre a situação das Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná e do Parque Estadual (PES) Guajará-Mirim, que passou por um revés positivo nos últimos dias.

A matéria do Interior em Foco marca o retorno do Observatório BR-319 a campo, após quase dois anos de pandemia. Com o ciclo de imunização completo e seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), nossa equipe visitou o município de Tapauá, que fica na calha do rio Purus. Na oportunidade, fizemos entrevistas com lideranças locais, comunitários e autoridades. Todo esse conteúdo será convertido em matérias para esta sessão nos próximos meses.

A sessão Ciência traz um artigo necessário da pesquisadora nas áreas de saúde e meio ambiente, Sandra Hacon. No texto, ela faz um alerta sobre como o colapso climático afeta a nossa saúde e produtividade, tão valorizada pelo modo de vida capitalista. É bom lembrarmos as mudanças ocasionadas por este fenômeno são extremamente democráticas.

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

Por fim, não deixem de prestigiar a seção de monitoramentos. Já está ficando chato, mas é importante lembrar e repetir: mês após mês, os dados têm sido preocupantes, e a situação já é alarmante. O Amazonas se consolidou entre os estados que mais desmatam na Amazônia Legal, e isso não é bom de nenhuma maneira. Precisamos de ações efetivas de combate às atividades ilegais que destroem a floresta e que não trazem nenhum benefício à região. Os amazônidas continuam pobres, entregues à própria sorte, sem assistência e sem amparo. Quem ganha com essa exploração? Reflitam.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Alvo de invasões, a Terra Indígena Karipuna é uma das mais pressionadas da Amazônia Legal

Mês após mês, desde o início de 2021, a Terra Indígena (TI) Karipuna, em Rondônia, vem se consolidando como a mais pressionada da área de influência da BR-319.

Ameaçada por invasões ilegais e alvo indireto de ataques legislativos, a TI perdeu mais de mil hectares (ha) de floresta este ano e está entre as mais desmatadas da Amazônia Legal. Em outubro, liderou o *ranking* de desmatamento entre as 69 TIs monitoradas pelo Observatório BR-319 (OBR-319) e bateu o recorde da série histórica para o mês, com a perda de 145,53 hectares (ha).

“Sempre enfrentamos problemas em nosso território, mas desde 2018 as invasões estão ficando cada vez mais intensas”, relata a liderança Adriano Karipuna. Segundo ele, o mais perto de ações de fiscalização ambiental que os moradores da TI têm é a vigilância territorial feita por eles em parceria com o Greenpe-



Adriano Karipuna, liderança indígena de Rondônia

Foto: Guilherme Cavalli / CIMI

ace e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Adriano conta que a última grande operação realizada no local, a SOS Karipuna, só aconteceu porque eles reuniram evidências de invasões e provocaram o Ministério Público Federal (MPF). No entanto, a calma não durou muito.

Em maio de 2021, o MPF recomendou à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia, o cancelamento de 87 Cadastros Ambientais Rurais (CARs) sobrepostos à Terra Indígena Karipuna. De acordo com o órgão, os CARs sobrepostos à terra Karipuna não cumpriam sua finalidade e serviam apenas para firmar a posse ilegal da área. O MPF acrescentou, ainda, que o território é pressionado por madeireiros e grileiros, inclusive, com a existência de comércio virtual de lotes na área de domínio da União nos limites da TI.

Por causa das invasões, a segurança alimentar dos Karipuna está cada vez mais comprometida. O rio Jaci-Paraná e os igarapés Fortaleza, Formoso e Trindade, importantes para a subsistência das comunidades, já não têm peixes como antes. “Devido ao desmatamento e às queimadas, estamos perdendo nossos rios, que são nossas fontes de alimento e nossos castanhais e açazais que são nossas fontes de renda”, conta Adriano. Com a pandemia, a situação ficou ainda pior.

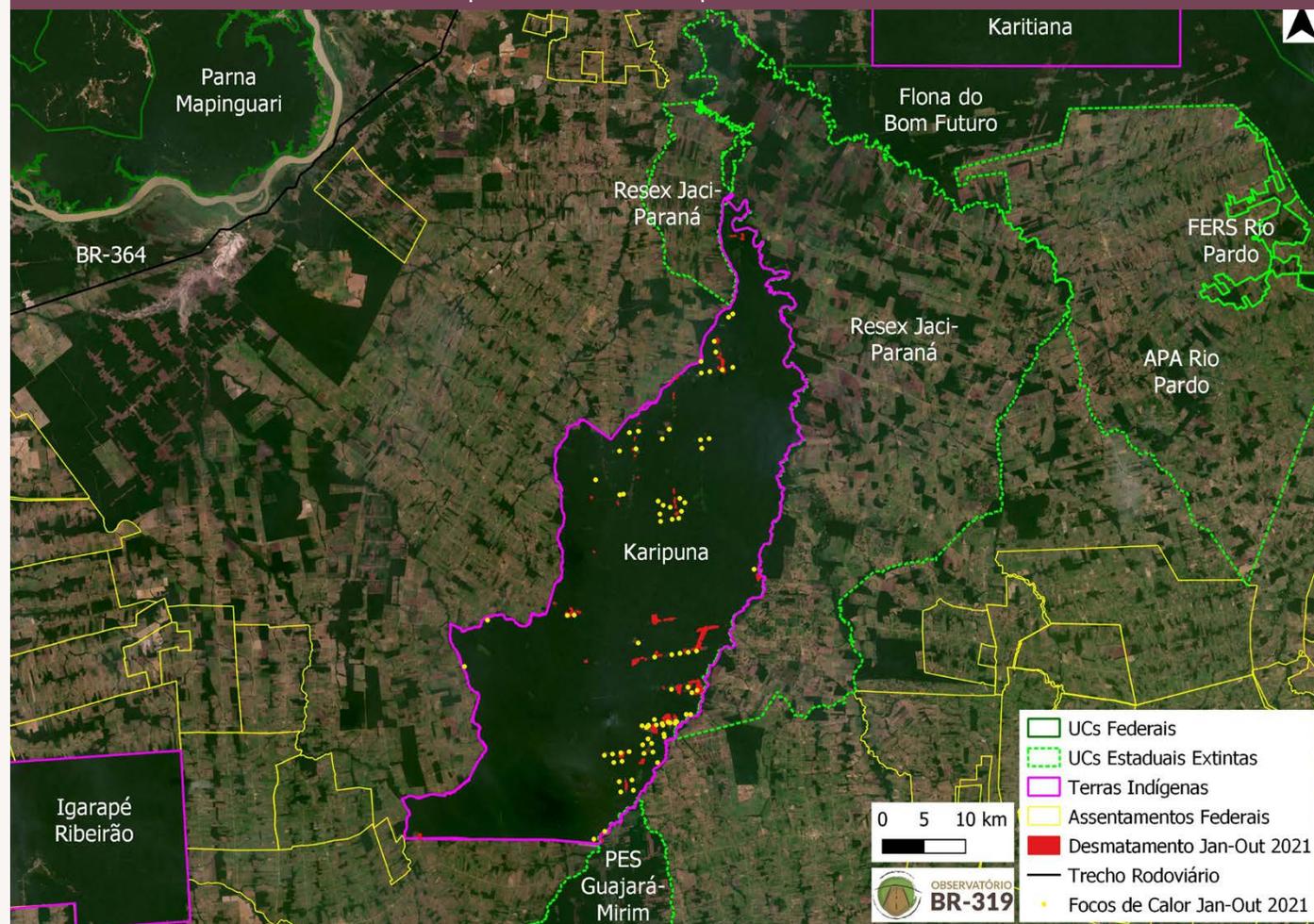


Foto: Chiro Batata / Greenpeace

“Todo ano, a gente prepara o terreno para plantar, mas durante a pandemia, por causa das invasões, não pudemos fazer isso. No entanto, os invasores puderam entrar. Encontramos invasões a poucos quilômetros das comunidades e até barreiras em ramais”, acrescenta. “O

meu povo não está tendo sossego e vive psicologicamente abalado! Ninguém dorme direito, come direito ou vive em paz. Nos ameaçam de morte, dizem que vão nos matar em emboscadas. Nós vivemos preocupados uns com os outros”, diz.

Mapa das invasões na TI Karipuna - Outubro/2021



“Hoje, a porteira está aberta, ainda mais com o discurso atual do presidente. Temos enfrentado queimadas, grilagem, invasões de madeireiros e até loteamento de terras. O governo brasileiro tem sido extremamente ineficaz em resguardar os nossos direitos e em proteger as nossas vidas”, avalia.

“A morosidade em coibir os crimes ambientais em nossas terras acontece, principalmente, por causa do sucateamento financeiro da Funai [Fundação Nacional do Índio], do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], do ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] e de outros órgãos que atuam no combate a ilícitos nos territórios indígenas. Se o governo não cumprir com o seu papel de proteger e zelar pela conservação da floresta, ela vai acabar e junto os povos indígenas”, alerta a liderança Karipuna.

MEDIDAS AMBIENTAIS COMO POLÍTICA DE ESTADO

Sob o comando do governador, o coronel da Polícia Militar Marcos Rocha (PSL), os deputados estaduais de Rondônia aprovaram, no mês de maio, a **Lei Complementar Estadual N° 1.089**, de autoria do Poder Executivo. A medida reduziu em 168 mil ha, aproximadamente 90% de seu território, a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná e em 55 mil ha o Parque Estadual (PES) Guajará-Mirim, que contorna a TI Karipuna e faz uma espécie de cinturão de proteção do território indígena. A justificativa do governador foi de que **as áreas já são ocupadas**

por mais de 120 mil cabeças de gado e grupos sociais que desenvolvem atividades incompatíveis com os objetivos da existência das UCs.

No dia 22 de novembro, o Tribunal de Justiça de Rondônia

nia (TJ-RO) declarou a lei inconstitucional e as UCs voltaram a ter seus tamanhos originais. O relator da ação de autoria do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO), desembargador Jorge Ribeiro da Luz, afirma que a medida que re-

duziu as UCs deveria se basear em estudos técnicos, a fim de diminuir ou eliminar os prejuízos ambientais. Contudo, esses estudos não foram apresentados e, tampouco, informações sobre as comunidades direta e indiretamente afetadas pela medida.

O OBR-319 procurou o governo de Rondônia que por meio de nota disse que “respeita a determinação do Poder Judiciário e que continuará trabalhando com os demais atores estatais para reduzir os conflitos socioambientais que, atualmente, ocorrem nas UCs”.

A TI Karipuna é monitorada pelo Observatório BR-319 desde 2017. Um dos pesquisadores responsáveis pelos dados de monitoramento de desmatamento e focos de calor do OBR-319, Thiago Marinho, afirma que a situação exposta pelos números e relatada pela liderança indígena, no início desta matéria, não está diretamente relacionada à rodovia, mas sim a uma política de Estado. “A TI Karipuna esteve entre as dez mais desmatadas da Amazônia Legal de março a outubro de 2021, de acordo com dados do Sistema de Alerta de Desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia”, explica Marinho. “Nas imagens de satélite geradas em outubro, é possível perceber a abertura de grandes ramais e, em alguns pontos, essas aberturas mais parecem estradas consolidadas”, analisa.

Sobre a redução das UCs que fazem fronteira com o território, Thiago avalia que, na prática, as áreas não cumpriram seu papel de proteção ambiental. “As Unidades de Conservação foram reduzidas em maio de 2021, mas se você observar no mapa vai ver que as áreas já estão bastante desmatadas. É impossível que

Imagem das UCs ao redor da TI Karipuna - Maio/2021





isso tenha sido feito nos últimos seis meses. A TI Karipuna sofre pressões nas partes sul e norte em um cenário já consolidado e isso não acontece em um curto espaço de tempo”, explica.

Thiago acrescenta que o que acontece em Rondônia é reflexo do desmantelamento da política ambiental estadual. “A redução da Resex Jaci-Paraná e do PES Guajará-Mirim mostrou que em Rondônia vale a pena invadir terras públicas, porque uma hora o Estado vai validar a ilegalidade na base da caneta-da. O sistema que engoliu essas UCs não surgiu agora, é uma prática que acontece a longo prazo e que conta com a conivência do poder público, que fecha os olhos e normaliza as práticas de ilegalidades até que aparece um gestor que resolve legitimá-las”, conclui.

PROBLEMA HISTÓRICO

A população Karipuna de Rondônia que existe hoje é remanescente de quatro sobreviventes identificados na década de 1970. Mesmo com seu território homologado, a população residente na TI continua ameaçada pelas invasões, grilagem, extração de madeira, garimpo e a crescente violência na região. Segundo a coordenadora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Rondônia, Virgínia Miranda, o risco atinge todos os povos indígenas no estado. “Essas invasões só têm aumentado. Hoje, não tem uma TI em Rondônia que não tenha algum tipo de problema com invasões. Ou é garimpo ou é extração de madeira

ilegal, de castanha, de tudo o que você pensar em exploração de recursos naturais”, avalia Virgínia. “E, desde 2017, a TI Karipuna está sendo absorvida pelo esquema de invasão que engoliu as UCs ao redor dela”, analisa.

Segundo a coordenadora do Cimi, o processo que consolidou a invasão do território que é denominado hoje o estado de Rondônia, foi estrategicamente executado para desestruturar socialmente os povos indígenas que habitavam o local. “Esse processo foi cruel e não aparece tanto, ninguém fala muito e não tem muito escritos sobre isso, mas, se você avaliar a quantidade de terras indígenas que têm demarcada e a quantidade de povos que têm no estado, que chega a ser mais de 60 povos diferentes, vai se perguntar onde estão as terras deles, pois só tem umas 20 terras demarcadas. Onde estão as outras?”, provoca Virgínia.

Para Virgínia, a redução de Unidades de Conservação e a “vista grossa” para invasões de áreas protegidas são estratégias institucionalizadas para a extinção dos povos da floresta em Rondônia. “Lutamos para que a Lei 1089 fosse revogada, porque ela atinge diretamente os territórios dos povos indígenas Karipuna, Karitiana, Uru-Eu-Wau-Wau e Wari’. No caso da TI Uru-Eu-Wau-Wau, que faz um pequeno limite com o PES Guajará-Mirim, existe a presença comprovada de indígenas em isolamento e a Jaci-Paraná também é área de perambulação de indígenas nesta condição. Toda essa redução afeta diretamente esses territórios e esses povos e os coloca em risco”, explica Miranda.

Além disso, a coordenadora do Cimi em Rondônia avalia

que a Lei 1089 incentiva invasões em outras áreas ambientais do estado. “Quem invadiu as UCs reduzidas, foi beneficiado pela lei, que legalizou a invasão, então, outros vão fazer o mesmo em outras áreas protegidas”, alerta.

DENÚNCIA INTERNACIONAL

A situação de vulnerabilidade do povo Karipuna foi denunciada internacionalmente em diversas ocasiões nos últimos anos por Adriano Karipuna: em 2018, na 17ª Sessão do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas das Nações Unidas, em Nova York; em 2019, na 41ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, na Suíça, no Sínodo da Amazônia, no Vaticano; e em abril, deste ano, na 20ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Assuntos Indígenas. Em breve, Adriano pretende ir a uma COP.

LEIA TAMBÉM:



- **Em Rondônia, lideranças indígenas posicionam-se contra lei que reduziu unidades de conservação e impacta seus territórios**
- **Desmatamento aumenta após alteração das áreas de reserva extrativista e parque estadual em RO, aponta WWF**



Interior em Foco



Foto: Crisite Sicaui

Evento de saúde indígena realizado em Tapauá

Condisi Médio Purus realiza capacitação para fortalecer saúde indígena em Tapauá

Treinamento visa o avanço da vacinação, o combate à malária e atividades institucionais na Terra Indígena Apurinã do Igarapé São João.

A saúde indígena em Tapauá recebeu um reforço neste mês de novembro com a capacitação de profissionais de 19 comunidades da **Terra Indígena Apurinã do Igarapé São João**. A capacitação teve foco na melhoria de diagnóstico, imunização, profilaxia e ações institucionais no território. O Conselho Local do Polo Base Tawamirim, por meio do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) do Médio Purus, foi o responsável pela condução do treinamento, realizado na comunidade Santo Augustinho.

O Observatório BR-319 compareceu à cerimônia de abertura da capacitação, que também contou com a presença de autoridades locais e da saúde indígena. De acordo com o presidente do Conselho do Polo Base Tawamirim, Edilson Pinheiro, 1.167 pessoas serão beneficiadas pela capacitação, da qual participaram 19 Agentes Indígenas de Saúde (AIS), 19 conselheiros locais, 19 caciques e mais de 20 pessoas, entre representantes de mulheres indígenas, professores da área da saúde e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN).

Pinheiro acrescentou, ainda, que a capacitação é importante para aproximar os profissionais da realidade da comunidade, aumentando a qualidade do atendimento em saúde. “Os agentes de saúde indígena e conselheiros locais precisam conhecer as comunidades e seus principais problemas de saúde para realizar cuidados,

participar de campanhas preventivas e incentivar atividades comunitárias e de educação em saúde”.

Os profissionais são moradores de 19 comunidades indígenas dentro da TI: Santo Augustinho, Trevo, Bela Vista, Vila Nova, Macauã, Terra Nova, Aldeia Nova, São Sebastião do Pupunha, Santa Luzia, São Francisco, São José, Santo Antônio, São João, São Lucas, Taquarizinho, Ponta do Evaristo, Sabazinho, Castanheira e Deus Me Deu.

A capacitação é de extrema importância para os indígenas nesse momento de pandemia, segundo o cacique da comunidade Santo Augustinho, Augustinho Batista da Silva Apurinã. “Esse é um evento necessário, porque vamos aprender como agir em casos de grandes doenças como a covid-19. Na pandemia tivemos muita dificuldade de saúde dentro da comunidade, parou tudo, ainda não tinha agente de saúde e, agora, estamos recebendo esse evento que vai melhorar muito e trazer conhecimento para o nosso povo”, contou.

Tapauá é o município do Amazonas com menor percentual da população imunizada contra a covid-19 (veja mais informações na seção de monitoramentos). O secretário de saúde da cidade, Caio Torres, diz que são muitas as dificuldades para o avanço do processo. “Os principais problemas são a não aceitação da vacina e o tamanho do nosso município”, disse o gestor. “Mas temos realizado, semanalmente, ações voltadas para imunização e conscientização das pessoas, também temos enviado equipes às comunidades mais distantes”, justificou.

Matéria especial da jornalista Cristie Ellen Sicsú, que esteve em Tapauá com o OBR-319.



Foto: Cristie Sicsú

Cacique Waldimiro Apurinã fala durante o evento.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19

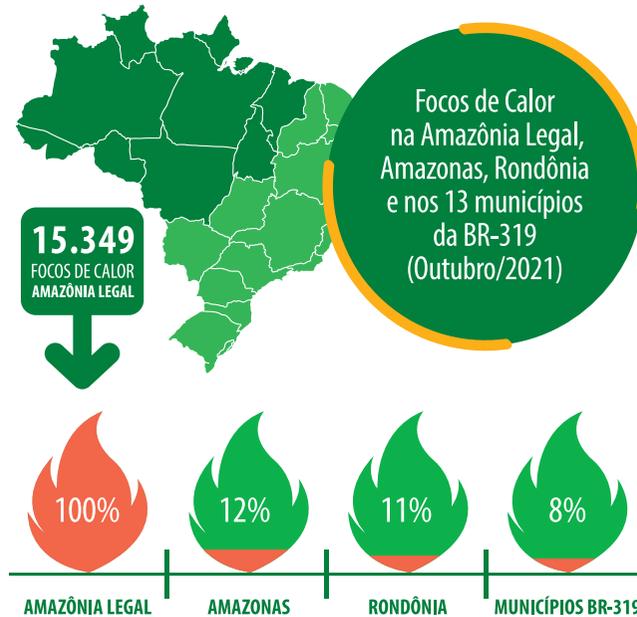


Monitoramento de Focos de Calor

Em outubro, a Amazônia Legal apresentou uma redução de 36% no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês de 2020, e Rondônia seguiu essa mesma tendência, com redução de 27%. O estado do Amazonas e os 13 municípios da BR-319, no entanto, apresentaram aumento no número de focos em comparação a outubro de 2020, de 40% e 23%, respectivamente. Nesse mês, Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram 1.773, 1.764 e 1.219 focos de calor, nesta ordem.

MUNICÍPIOS DA BR-319

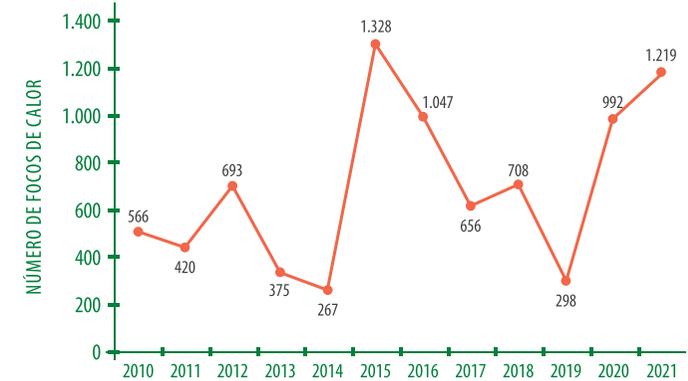
Onze municípios da BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação a outubro de 2020. Desse, cinco bateram recordes para o mês de outubro nos últimos 12 anos. Borba foi o município que apresentou o maior aumento do mês, de 522%. Porto Velho foi o único município a apresentar queda no número de focos de calor, de 21%. Mesmo em queda, Porto Velho foi o segundo município a apresentar o maior número de focos de calor entre todos da Amazônia Legal. Além disso, Lábrea aparece na lista em quinto lugar.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE OUTUBRO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A OUTUBRO DE 2020

AUMENTOU

- Borba (522%)*
- Beruri (350%)
- Careiro (250%)
- Tapauá (167%)*
- Autazes (147%)
- Manaus (100%)
- Manicoré (94%)
- Careiro da Várzea (94%)
- Humaitá (39%)*
- Canutama (38%)*
- Lábrea (11%)*

DIMINUIU

- Porto Velho (21%)

FOCOS DE CALOR ZERO EM SET/2021

- Nenhum município.

Manaquiri manteve o mesmo número de focos registrado em outubro de 2020.

*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).



Monitoramento de Desmatamento

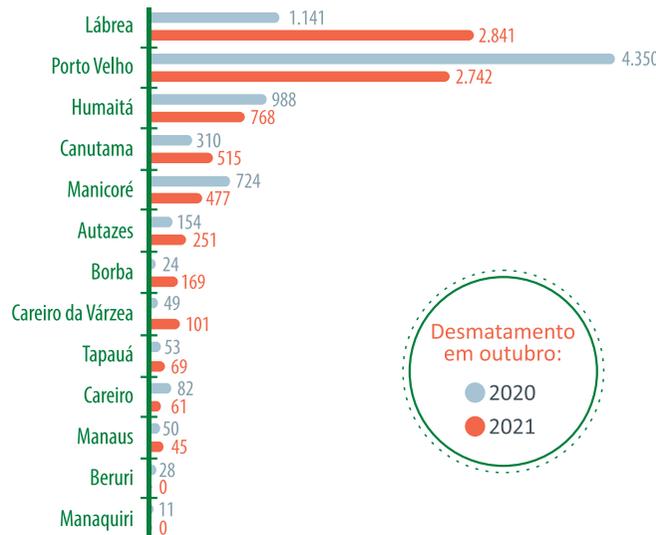
Em outubro, a Amazônia Legal teve queda de 9% no desmatamento em comparação ao mesmo mês de 2020. Na BR-319, Rondônia apresentou redução de 26%, registrando 7.794 hectares (ha) desmatados. Na tendência oposta, o Amazonas teve um aumento de 39%, com 10.575 ha desmatados, o maior entre todos os estados da Amazônia Legal. Já os municípios da rodovia apresentaram uma variação pequena, com aumento de 1% e 8.039 ha de perda florestal. Os valores de desmatamento em outubro de 2021 no Amazonas e nos municípios da BR-319 foram os mais altos da série histórica (2010-2021) para o mês.

AUMENTOS, QUEDAS E RECORDES DE DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Seis, dos 13 municípios monitorados, apresentaram aumento no desmatamento em outubro de 2021. Destes, quatro com recordes para o mês dos últimos 12 anos: Borba, Lábrea, Canutama e Tapauá. Por outro lado, sete municípios apresentaram queda, com Manaquiri e Beruri apresentando desmatamento zero. Em outubro, segundo dados do Imazon, Lábrea foi o 7º município mais desmatado da Amazônia Legal. Porto Velho, apesar de apresentar queda em relação a outubro de 2020, apareceu na mesma lista em 8º lugar.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Desmatamento em outubro:
● 2020
● 2021

COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A OUTUBRO DE 2020

AUMENTOU

- Borba (600%)*
- Lábrea (149%)*
- Careiro da Várzea (108%)
- Canutama (66%)*
- Autazes (63%)
- Tapauá (31%)*

DIMINUIU

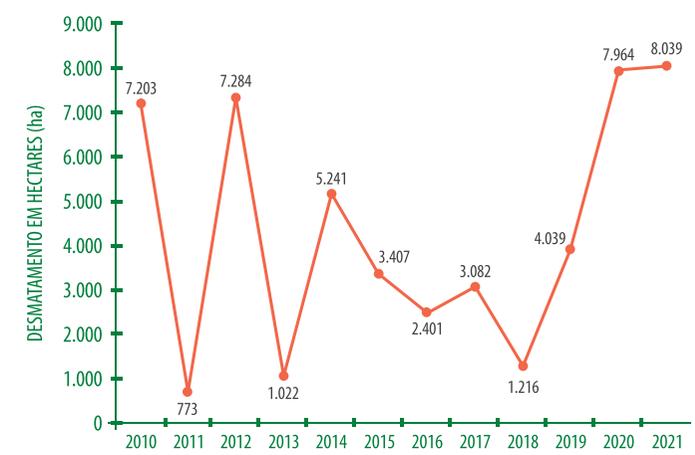
- Beruri (100%)
- Manaquiri (100%)
- Porto Velho (37%)
- Manicoré (34%)
- Careiro (25%)
- Humaitá (22%)
- Manaus (9%)

DESMATAMENTO ZERO EM SET/2021

- Beruri
- Manaquiri

*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE OUTUBRO (2010 A 2021)





TI KARIPUNA NOVAMENTE ENTRE AS MAIS DESMATADAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Nove Unidades de Conservação (UCs) e 10 Terras Indígenas (TIs) apresentaram desmatamento em outubro de 2021. Dentre as UCs, a Área de Proteção Ambiental (APA) da ME do Rio Negro - Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim foi a mais desmatada, com 37,55 ha de perda florestal, valor mais alto para o mês nos últimos 12 anos. Já a TI Karipuna liderou o desmatamento entre as TIs e os 145,53 ha desmatados também representaram recordes da série histórica para outubro. Além disso, ela foi a 6ª TI mais desmatada da Amazônia Legal, segundo os dados do Imazon. Para mais informações sobre desmatamento nas áreas protegidas monitoradas, [clique aqui](#).

14% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

22% DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

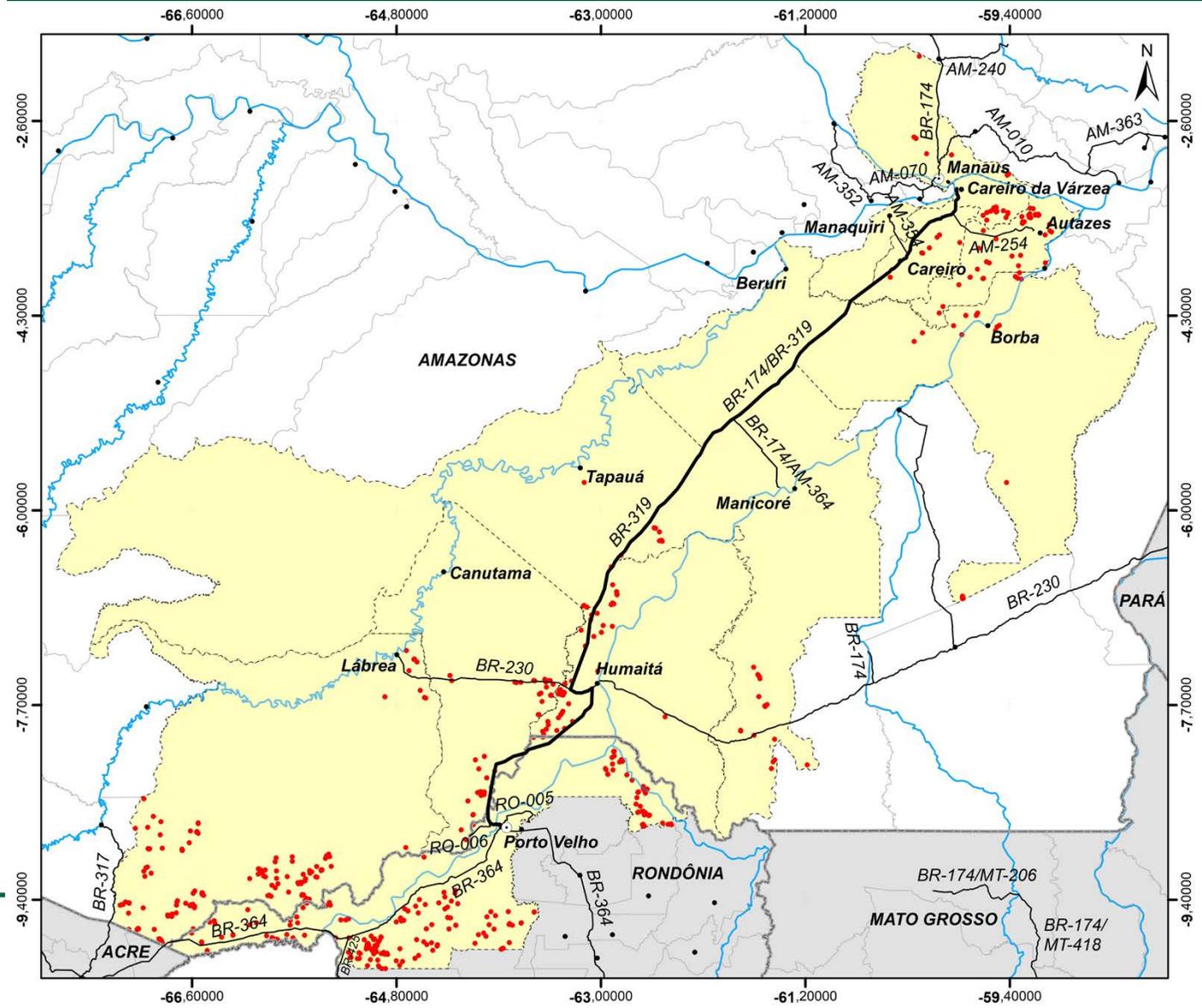
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Outubro 2021





Monitoramento da covid-19

VACINAÇÃO

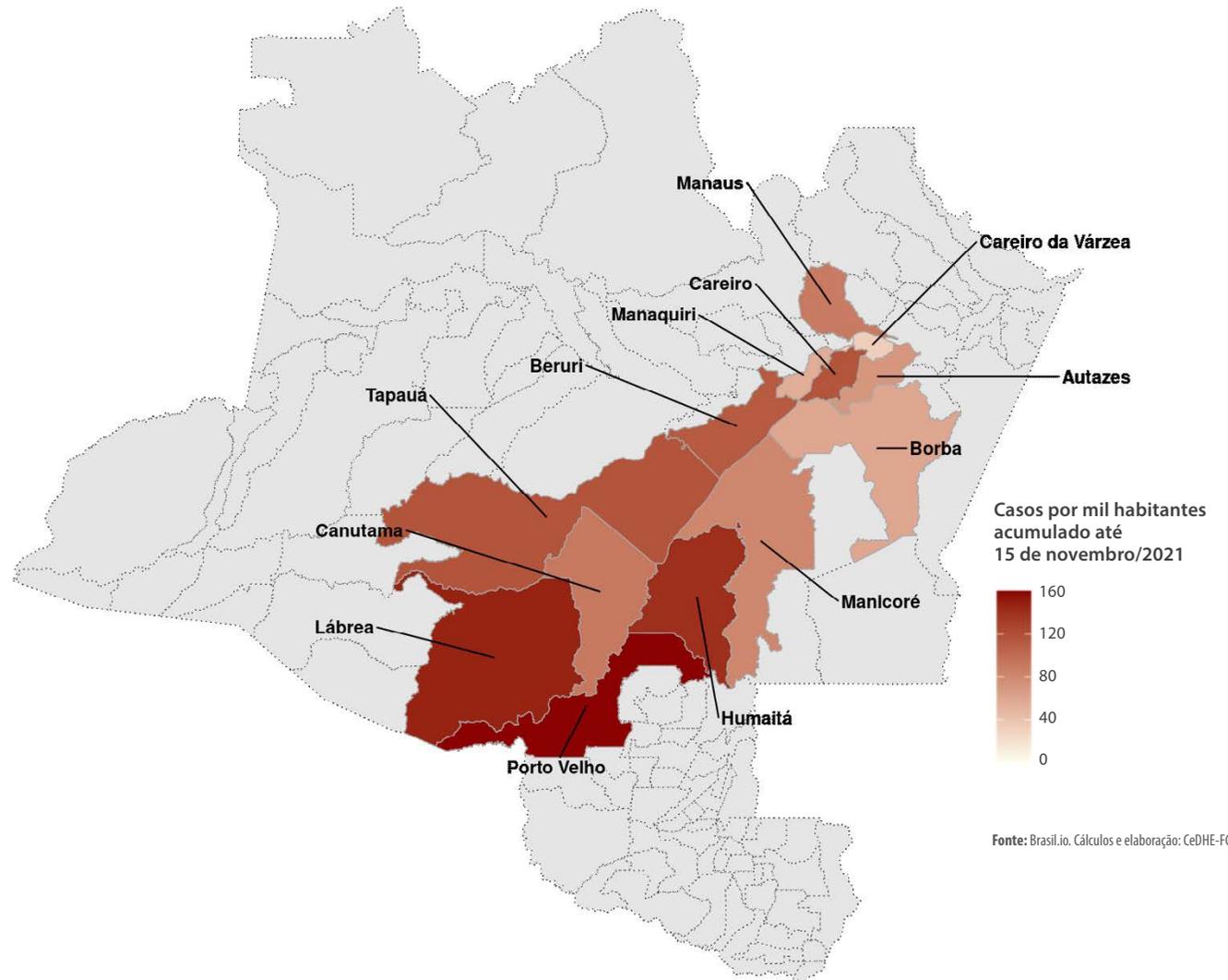
As capitais da BR-319 seguem à frente do processo de vacinação na área de influência da rodovia. Até o dia 15 de novembro, Manaus (AM) tinha 55,32% da população completamente imunizada e Porto Velho, 46,39%. Por outro lado, os municípios com menores taxas de imunização completa ainda são Tapauá e Beruri, com 4,21% e 18,09%, respectivamente.

Em relação à 1ª dose, o cenário não muda muito: a capital do Amazonas já alcançou 72,53% da população apta a receber o imunizante e, Porto Velho, 66,75%. Manaquiri e Tapauá são os que menos avançaram no processo, com 34,28% e 10,46% da população, nesta ordem.

NOVOS CASOS

Entre 15 de outubro e 15 de novembro, dos 13 municípios sob influência da BR-319, somente Manaus e Porto Velho registraram mais de 100 novos casos da covid-19. Porto Velho apresentou a maior taxa de aumento de casos em relação aos casos acumulados até dia 15 de novembro, com 0,93%, o que representa 809 novos casos. Manaus, com 469 novos casos, apresentou um aumento de 0,23%..

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de novembro/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 205 mil casos da covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de novembro de 2021. Em Porto Velho, são 87,7 mil casos; em Humaitá, 8,1 mil; Lábrea, 7 mil. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados da covid-19 somam aproximadamente 331 mil.

Em termos relativos ao total da população, Humaitá, Lábrea e Porto Velho são os municípios com o maior número de casos acumulados, com mais de 140 casos por mil habitantes. Careiro, Tapauá e Beruri estão em seguida com taxas superiores a 110 casos por mil habitantes (conforme o mapa).

ÓBITOS

Entre 15 de outubro e 15 de novembro, foram registrados 23 óbitos nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 12,740 mil mortes.

O maior aumento relativo de óbitos aconteceu em Careiro com duas mortes, representando um aumento de 2,35% no número acumulado desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Manaus apresentou o maior aumento com 11 mortes - o que corresponde a um aumento de 0,12%.

VARIAÇÃO PERCENTUAL DE CASOS EM OUTUBRO COM RELAÇÃO A SETEMBRO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

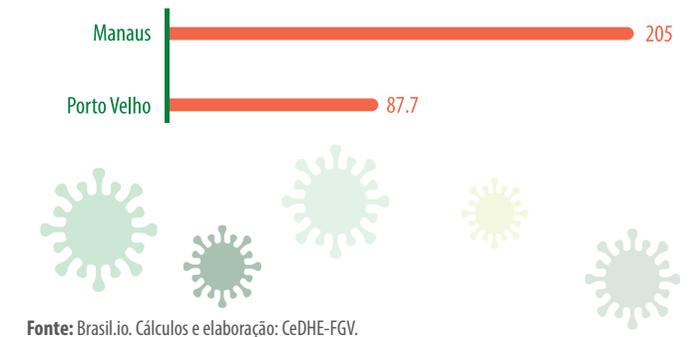
MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO %
Porto Velho	0,93%
Autazes	0,07%
Beruri	0,00%
Borba	0,12%
Canutama	0,34%
Careiro	0,07%
Careiro da Várzea	0,00%
Humaitá	0,26%
Lábrea	0,00%
Manaquiri	0,27%
Manaus	0,23%
Manicoré	0,06%
Tapauá	0,06%

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19

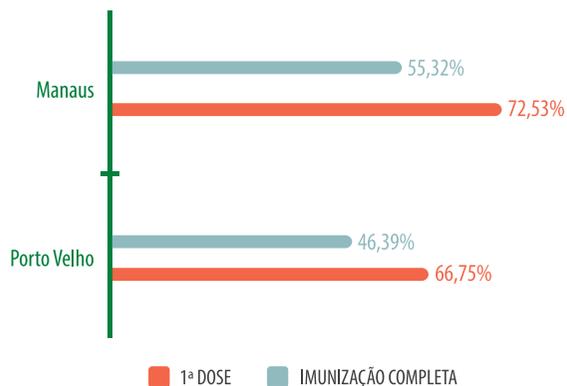


CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19





VACINAÇÃO - CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



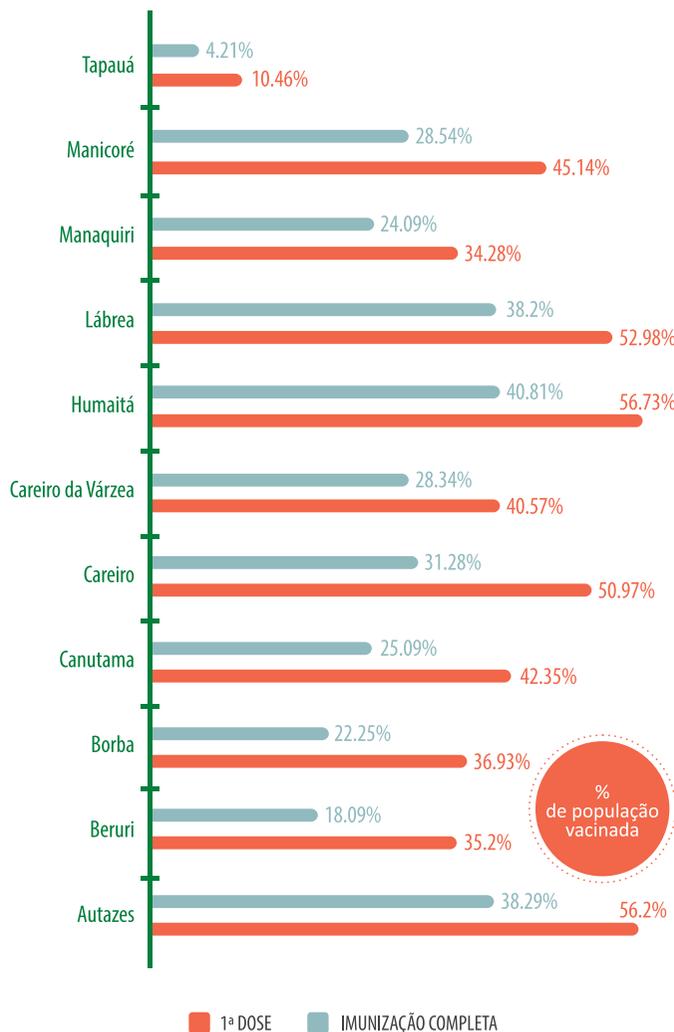
Fonte: Ministério da Saúde e elaboração: CeDHE-FGV.



Foto: Herick Pereira / Semcom

CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Ministério da Saúde e elaboração: CeDHE-FGV.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



Ciência

O colapso climático é extremamente democrático, não poupa ninguém

Por **Sandra Hacon**

Três situações envolvendo a Amazônia chamaram a atenção do mundo este mês: a precariedade da saúde na Terra Indígena Yanomami, o discurso da jovem liderança Txai Suruí na COP 26 e a invasão de balsas garimpeiras na foz do rio Madeira, em Autazes (AM).

Todas elas remetem a uma das maiores ameaças ao bem-estar de todas as populações do mundo, sejam urbanas, rurais, indígenas, periféricas ou que quer que sejam: colaboram para o colapso climático, uma das situações mais democráticas da atualidade e que não poupa ninguém. Jovens e idosos, pobres e ricos, brancos e não brancos. Todos estão sofrendo as suas consequências, de maneiras diferentes, mas estão.

É importante lembrar que nos últimos 20 anos, tivemos redução e aumento do desmatamento na Amazônia, com episódios climáticos severos na região em intervalos de mais ou menos cinco anos, especialmente em 2005 e em 2010. O que estamos



Sandra Hacon, pesquisadora da Fiocruz

Foto: Reprodução

vivenciando agora são eventos extremos, com um intervalo muito menor do que ocorria em um passado recente. Esse contexto interfere diretamente na resiliência individual e coletiva das populações expostas às mudanças climáticas, especialmente as mais pobres e as que dependem de um ambiente equilibrado, como os povos da floresta. Por isso, temos visto, como é o caso dos Yanomami, pessoas passarem fome porque, com a degradação

ambiental, os peixes, quase sempre contaminados por mercúrio, estão desaparecendo dos rios, e a caça está se refugiando em locais cada vez mais distantes para sua sobrevivência. As mudanças afetam os ecossistemas, os ciclos biológicos, hidrológicos, geográficos e químicos e isso pode modificar o perfil epidemiológico de doenças já existentes, como a malária, febre amarela, assim como as doenças emergentes, como é o caso da covid-19.

Desmatamento, queimadas, mineração ilegal, falta de saneamento básico, uso exacerbado de agrotóxicos e outras atividades que degradam os ecossistemas contribuem para esse quadro global. O colapso climático pode, ainda, causar efeitos relacionados a atividades laborais, levando à perda de produtividade e problemas psicossociais. Estamos diante de relevantes questões de sustentabilidade ambiental a serem tratadas por representarem grandes ameaças à vida na Terra, como: adaptação e mitigação, a proteção dos oceanos, a transição energética e as energias renováveis, um modelo alimentar sustentável, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento urbano e a mobilidade sustentável, o estresse hídrico, incluindo a escassez de água, os fenômenos meteorológicos extremos, o crescimento demográfico e a gestão dos resíduos sólidos e líquidos.

É importante que façamos um pacto global. Isto significa repensar nossos valores e as inter-relações da Natureza com a sociedade.

Sandra Hacon é bióloga e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz na área de Avaliação de Risco à Saúde Humana, Gestão Integrada de Saúde e Ambiente e Avaliação de Impactos à Saúde das Mudanças Climáticas e de Grandes Empreendimentos.



Minuto BR

Invasão



O Ibama e a Polícia Federal apreenderam e destruíram, pelo menos, 131 **balsas de garimpo** que invadiram o trecho do rio Madeira próximo à comunidade Rosarinho, entre os municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, assustando os moradores da região. **A operação teve início no dia 27 e, até o momento**, três garimpeiros foram presos. De acordo com o Greenpeace, o local chegou a ter cerca de 300 balsas sem licença ambiental para mineração.



Foto: Divulgação/Prefeitura de Autazes

Entrevista



O programa Roda Viva entrevistou, pela primeira vez, dois indígenas de Rondônia: Txai e Almir Suruí. O programa está **disponível na íntegra no Youtube**.

Alertas



Dados do Prodes divulgados em 19/11, mostram que 83% do desmatamento registrado no Amazonas ocorreu em sete municípios do sul do estado: Lábrea (542,4 km²), Apuí (330,1 km²), Boca do Acre (200,3 km²), Humaitá (198,6 km²), Novo Aripuanã (194,5 km²), Manicoré (134,7 km²) e Canutama (125,2 km²). Ao todo, 70% do desmatamento registrado no estado ocorreu dentro de glebas federais e assentamentos, de gerência de órgãos federais, 5% ocorreu em áreas estaduais e 24% em áreas não destinadas e/ou particulares.

UCs do AM



Ainda de acordo com o Prodes, as UCs do Amazonas geridas pela Sema-AM registraram 16,7 km² de área desmatada no período de julho de 2020 a agosto de 2021, o que representa uma redução de 7% em relação à análise anterior. Segundo a secretaria, isso representa 1% do total de 2.063,38 km² de desmatamento registrado no estado. Ao todo, a Sema realiza a gestão de mais de 18,9 milhões de ha, que representam 12,1% do território amazonense distribuídos em 42 UCs, sendo oito de proteção integral e 34 de uso sustentável.

Fogo



O AM também registrou queda de 32% dos focos de calor, de janeiro a 17 de novembro deste ano, em comparação com o mesmo

período de 2020. Do total, apenas 2% foram dentro de UCs Estaduais. Dos 95.542 registrados, 92% foram concentrados em sete municípios do sul do estado, área considerada a mais vulnerável para a ocorrência de crimes ambientais, sobretudo, a grilagem de terras públicas.



Lei



O governador do Amazonas, Wilson Lima, **regulamentou no dia 22/11 a Política Estadual de Serviços Ambientais, Lei nº 4.266/2015**. Assim, o AM passa a ter uma normativa específica para monetizar o estoque de carbono e outros serviços ambientais da floresta, que devem beneficiar economicamente comunidades tradicionais. Na prática, o estado fará a habilitação de instituições aptas a transacionar créditos de carbono provenientes das UCs estaduais, para que, no futuro, possam captar recursos de empresas interessadas em fazer compensação ambiental.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente), Fernanda Meirelles (Idesam),
Guillermo Estupinan (WCS Brasil) e Paula Guarido (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption

